



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.830 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 1º A 7 DE FEVEREIRO DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR



MOBILIDADE

Caiado entrega reconstrução do Terminal Praça A

O governador Ronaldo Caiado também entregou 21 ônibus elétricos e a maior estação de recarga do Brasil.

Página 8

ENTREVISTA

ANDRÉA VULCANIS

Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

“Ou é aterro sanitário ou é lixão”

Secretária do Meio Ambiente defende rigor técnico na gestão dos resíduos sólidos: não há meio termo na legislação ambiental, ou o empreendimento cumpre todos os requisitos e é considerado aterro sanitário, ou permanece como lixão. Na entrevista, ela detalha o avanço do programa Lixão Zero, a modelagem inédita de concessão estadual dos resíduos sólidos.

Páginas 4, 5



Deivison Moura

IMPASSE

Empresa vai à Justiça por contrato de R\$ 107 milhões com a Saúde

Reprodução / Google



Construtora Porto tenta reativar contrato firmado com a SMS, suspenso desde 2024 por decisão do Tribunal de Contas dos Municípios.

Página 9

ESCOLA

Goiás se destaca no mapa nacional e alcança os melhores índices de alfabetização



Divulgação/SME

Reconhecimento do MEC mostra que políticas integradas estão elevando os índices de aprendizagem infantil.

Página 12

ANÁPOLIS

Câmara retoma sessões com foco no Plano Diretor e cobrança ao Executivo

Legislativo terá pela frente a votação do novo Plano Diretor, ea fiscalização das ações do Executivo.

Página 10



Carlos Nathan Sampaio

HERIVELTO NUNES

A arte de descobrir talentos

Fazer futebol nos centros periféricos do futebol brasileiro requer inteligência, criatividade e olho clínico.

Página 11

TRIBUNA POLÍTICA

PL se torna o maior partido do Senado
Com 15 senadores, PL é o maior partido do Senado; PSD soma 14 membros., seguido do MDB, com 10 cadeiras.

Página 3

DÍVIDAS

Goiás lidera recuperações judiciais no agro em 2025



CNA/Anderson Araujo/TriLux

Ano fechou com mais de 700 pedidos nos segmentos do agro em todo o Brasil, dos quais 94 só em Goiás.

Página 6

EDITORIAL

RJ: instrumento,
não atalho

O fato de Goiás liderar os pedidos de recuperação judicial no agronegócio em 2025 não pode ser analisado de forma simplista nem tratado como sinal automático de fragilidade. O Estado segue como uma das potências do agro brasileiro, com produção diversificada, cadeias consolidadas e forte integração entre produtores, agroindústrias, logística e serviços. Justamente por isso, os números chamam atenção e exigem reflexão responsável.

A recuperação judicial não é sinônimo de fracasso. Em muitos casos, trata-se de um instrumento legítimo para empresas viáveis que enfrentam crises conjunturais, provocadas por crédito mais caro, margens apertadas, custos elevados e dificuldades de rolagem de dívidas estruturadas em ciclos longos. Usada corretamente, pode preservar empregos, manter a produção ativa e evitar perdas ainda maiores para credores e para a economia regional.

Mas é preciso cautela. A recuperação judicial não é remédio universal nem solução mágica. É um mecanismo complexo, que envolve riscos, exige transparência, planejamento e, sobretudo, diagnóstico preciso. Quando acionada sem real necessidade ou como tentativa de empurrar problemas estruturais para frente, tende a agravar a crise e ampliar o efeito dominó sobre fornecedores, cooperativas, transportadoras e prestadores de serviço. O crescimento dos pedidos em Goiás também revela um ambiente empresarial mais atento aos instrumentos legais disponíveis e um Judiciário reconhecidamente ágil. Isso é positivo.

Em um Estado onde o agronegócio sustenta boa parte da economia, decisões financeiras mal calculadas não afetam apenas quem assina os contratos. Afetam regiões inteiras. A recuperação judicial deve ser vista como última instância, indicada quando há viabilidade real de reorganização. Usada com critério, protege. Usada sem necessidade, compromete.

ARTIGO

A reforma tributária chegou, e agora?

Que a palavra "tributo" dá um frio na espinha de todo brasileiro não é novidade! Costumeiramente vemos notícias que discorrem sobre a carga tributária no Brasil e o quanto o brasileiro se sente lesado pela quantidade de impostos que paga. No meio de toda essa questão aparece a reforma tributária, pauta acompanhada há décadas pelos brasileiros, que causa desconforto em muita gente, principalmente por não entender as regras do jogo.

O cidadão médio tem uma preocupação: se pagará mais do que paga. E já quero tranquilizá-los que por ora, não. Todavia temos mudanças graduais mas profundas, que vão alterar o dia

a dia de todos nós.

A tributação descentralizada sempre dividiu opiniões, onde cada ente federativo determinava suas alíquotas de impostos, e acabava gerando "refúgios fiscais" para as empresas. Exemplo: uma cidade de divisa entre dois estados tinham parte significativa de suas empresas transferidas para cidade vizinha, por lá na outra cidade ser parte de outro estado, e logo ter menores alíquotas de impostos. Tal situação promete ser resolvida com a reforma, uma vez que o Senado Federal passa a ser responsável por definir as alíquotas. No entanto, como nem tudo são flores, os municípios e estados perdem autonomia.

Já para os consumidores e empresários a reforma promete trazer mais clareza e facilidade nos pagamentos de impostos, uma vez que facilita através da centralização do PIS (Programa de Integração Social - federal) E COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - federal) simplificados em CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - estadual) ISS (Imposto Sobre Serviços - municipal) simplificados IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Mas a centralização também traz mais facilidade de rastreamento e manuseio de dados por parte do Estado, de modo que espera-se que a sonegação

compromisso com quem vive a cidade todos os dias.

Defendo que o desenvolvimento deve caminhar ao lado da responsabilidade ambiental. Proteger o Meio Ambiente não é impedir o progresso, sim garantir que ele seja planejado e sustentável. Crescer sem planejamento cobra um alto preço, e o Legislativo tem obrigação de tratar a pauta com seriedade.

Outra preocupação permanente do meu mandato é a valorização do servidor público. São eles que sustentam a administração e garantem que as políticas públicas cheguem à população. Não existe serviço público eficiente sem servidor respeitado, valorizado e com condições dignas de trabalho.

A Saúde também precisa estar no centro das decisões legislativas. Não podemos normalizar filas, falta de estrutura e insumos ou precariedade no atendimento. Fiscalizar, cobrar e propor soluções é um dever permanente do Parlamento.

Os pequenos empresários também importam! Os pais e mães que trabalham

durante o dia tentando garantir o jantar da família. As margens devem ser vistas e assistidas! Goiânia é Goiânia para todos, independente de região, classe econômica ou visibilidade.

Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, tenho plena consciência de que boas intenções não bastam. Projetos precisam ser legais, constitucionais e viáveis para que cheguem à população com segurança jurídica e efetividade.

Espero que 2026 seja um ano de maior diálogo, menor polarização e foco no que realmente importa. Goiânia precisa de um Legislativo firme, responsável e conectado com a vida real. É esse o compromisso que assumo e reafirmo todos os dias.



Luan Alves é vereador de Goiânia



Nathan Gabriel Milhomem, advogado atuante no direito empresarial e do consumidor.



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

PODER



Andreia Bahia
abahiagn@gmail.com



Vanderlan fica

Reprodução



Novos cenários

A filiação de Ronaldo Caiado ao PSD cria novos cenários para a eleição de 2026. Caso na disputa com Ratinho Jr e Eduardo Leite Ronaldo Caiado seja escolhido o candidato a presidente da República do PSD, a chapa majoritária deve manter o desenho atual - Daniel Vilela (MDB) candidato a governador, Gracinha Caiado (UB) candidata a senadora e a vaga de vice governador e a segunda vaga ao Senado a serem negociadas. Mas, neste cenário, Vanderlan Cardoso ganha força para disputar a segunda vaga do Senado, que Caiado estava negociando com o PL para Gustavo Gayer.

Dois senadores do PSD

Em um segundo cenário, no qual Ronaldo Caiado não seja o candidato a presidente da República, é provável que ele dispute a vaga do Senado no lugar de Gracinha Caiado, e o UB deve indicar o vice de Daniel Vilela. A dificuldade desta composição seria ter dois senadores do PSD na disputa: Caiado e Vanderlan. Gracinha Caiado disputaria uma cadeira na Câmara Federal.

Crítérios

Gilberto Kassab afirmou em entrevista ao Estúdio i que a escolha do candidato do partido à Presidência da República em 2026 não será definida apenas pelas pesquisas de intenção de voto. Ele disse que existe a possibilidade de um pré-candidato pior posicionado nas sondagens ser escolhido em detrimento de quem estiver à frente.

Surpresa

O presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, foi surpreendido com a filiação de Ronaldo Caiado ao PSD. Segundo Paulinho, Caiado havia ligado para ele, dizendo que iriam conversar e, no mesmo dia, soube, pela imprensa, que Caiado havia anunciado a filiação ao PSD.

Conto do vigário

Paulinho da Força avalia que a movimentação indica que Caiado desistiu da candidatura, "porque na medida que ele foi para o PSD, ele entrou num beco. Estava num canto e foi para um beco sem saída, porque o PSD tem três candidatos a presidente e os outros dois mais bem colocados do que Caiado", disse em entrevista à JP. "E acho que ele caiu numa conversa, digamos assim, no conto do vigário do Kassab".

PL ultrapassa PSD e se torna o maior partido do Senado

O PL se tornou o maior partido, com 15 senadores. No início dessa legislatura, em 2023, o PSD era o maior partido do Senado, com 15 membros. Três anos depois, o PL atingiu esse número, com a vinda de Izalci Lucas, do Distrito Federal, ex- PSDB, e Márcio Bittar, do Acre, que saiu do União Brasil. O PSD agora está em segundo, com 14 senadores, depois que perdeu a senadora Daniella Ribeiro, da Paraíba, que foi para o PP.

MDB e PT

Em terceiro lugar, segue o MDB, com 10 senadores. O partido perdeu Giordano, agora sem filiação, mas ganhou Alessandro Vieira, de Sergipe, que também deixou o PSDB. O PT está em quarto lugar no ranking, com 9 cadeiras.

Regalias

No Senado, o partido tem que ter uma bancada de, no mínimo, três parlamentares para compor uma liderança do ponto de vista administrativo. E quando se tem uma liderança, recebe o apoio administrativo para essa liderança, um número significativo de cargos e comissão, uma estrutura administrativa para isso, e o gabinete de liderança.

Rejeição

A eleição presidencial de 2026 tende a ser definida mais pelo nível de rejeição dos candidatos do que pela força de discursos ideológicos. A avaliação é do pesquisador político Emannelton Borges, CEO da Alfa Inteligência, instituto especializado em estudos de comportamento eleitoral. De 32% a 33% do eleitorado adota o voto defensivo, optando pelo candidato considerado menos rejeitável, e não necessariamente por aquele com maior afinidade política.

Os Goianinhos

O vereador Lucas Kitão (União) iniciou a distribuição da primeira edição de "Os Goianinhos", cartilha de colorir voltada ao público infantil com foco em cidadania, participação social e cuidado com a cidade. O projeto é uma parceria com o artista Anísio Serrazul, criador do selo "Kids". A publicação traz o personagem Kitãozinho em cenários emblemáticos de Goiânia, como a Praça Cívica, o Jardim Botânico e o Zoológico, abordando de forma lúdica direitos e deveres do poder público e dos cidadãos, além de mensagens sobre preservação ambiental.

O anúncio da filiação do governador Ronaldo Caiado (UB) ao PSD não se deu sem que Gilberto Kassab (PSD) conversasse com o senador Vanderlan Cardoso (PSD), que teria avalizado a filiação do governador à legenda. Vanderlan avalia que a vinda de Caiado é boa para o partido, principalmente para ajudar a montar chapas. O presidente do PSD goiano já vinha com conversas adiantadas com Daniel Vilela (MDB) sobre a montagem

das chapas proporcionais.

O senador está fora de Goiás e, assim que voltar, deve se reunir com Kassab e Caiado para tratar de especificidades em relação a Goiás. Ele adianta, no entanto, que mantém a presidência do PSD em Goiás, não pretende sair do partido e mantém a pré-candidatura ao Senado, que, na avaliação dele, fica mais fortalecida com o governador do estado e pré-candidato à presidência no mesmo partido que ele.

Reprodução



Vilmar Rocha, ex-presidente do PSD, usou as redes sociais para dar as boas-vindas a Ronaldo Caiado: "Novo Capítulo no PSD"



1 Deixar o cargo

até 4 de abril de 2026 ocupantes de cargos públicos que pretendem disputar outro mandato eletivo precisam se afastar.



2 Filiação

candidatas e candidatos precisam estar filiados a um partido político até 4 de abril de 2026



3 Janela partidária

entre março a abril (datas não confirmadas) deputados federais, estaduais e distritais podem mudar de partido sem o risco de perderem o mandato

ANDRÉA VULCANIS

“Ou é aterro sanitário ou é lixão”

Fotos: Delvison Moura



Andréa
Vulcanis
*Secretária de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável*

Andréia Bahia e Lucas de Godoi

A frente da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andrea Vulcanis defende rigor técnico na gestão dos resíduos sólidos e afirma que não há meio termo na legislação ambiental: ou o empreendimento cumpre todos os requisitos e é considerado aterro sanitário, ou permanece como lixão. Na entrevista, a secretária detalha o avanço do programa Lixão Zero, a modelagem inédita de concessão estadual dos resíduos sólidos, o papel do BNDES, os impasses envolvendo Goiânia e Padre Bernardo, além de rebater críticas e expor os desafios finais da política ambiental goiana.

TRIBUNA DO PLANALTO

Apesar da redução mais recente, o Cerrado perdeu enormes áreas de vegetação ao longo das últimas décadas. Entre 1985 e 2024, o bioma perdeu cerca de 40,5 milhões de hectares de vegetação nativa, o que representa cerca de 28 % de sua cobertura original. A Semad trabalha para recompor essas áreas degradadas ou para pausar o desmatamento?

ANDRÉA VULCANIS

Nós trabalhamos com ações múltiplas, olhando para o território e olhando para o processo de desenvolvimento do Estado. Nós somos o Estado que mais reduziu o desmatamento no Brasil, considerando todos os biomas. Considerando o Cerrado, fomos o que mais conseguiu reduzir o desmatamento. A gente vinha em uma curva ascendente e, nos últimos três anos, baixamos a curva do desmatamento e fomos o que mais conseguiu resultados positivos na contenção do desmatamento.

Esse é o
p r i -

meiro passo de uma vertente que trabalha com a redução efetiva do desmatamento. Numa segunda vertente, a gente trabalha com a manutenção do Cerrado em pé. Aí, estamos falando do Pagamento por Serviço Ambiental, da valorização desse Cerrado. Temos no Nordeste goiano, que concentra a maior parte do Cerrado, um programa de desenvolvimento e valorização do Cerrado em pé com iniciativas que vão da gastronomia com elementos do Cerrado até processos de experiências com sociobiodiversidade, incentivo às cadeias produtivas da sociobio, considerando os extrativistas, todo mundo que produz no território, como uma forma de que o Cerrado tenha um valor intrínseco em si mesmo, e esse valor se reverta em recurso e financiamento. E numa terceira vertente, a gente trabalha com a restauração do Cerrado. Aí estamos falando de projeto de recuperação ambiental, como é o caso do Juntos Pelo Araguaia, que já tem mais de 1,2 mil hectares efetivamente restaurados; estamos falando da nossa Declaração

Ambiental do Imóvel, onde se avalia o passivo ambiental dos imóveis e determina desde já a recuperação daquelas áreas que foram desmatadas irregularmente, como é o caso das áreas de preservação permanente e de reserva legal, com compromissos assina-

dos, firmados com prazo de entrega pelos usuários. Temos aí uma frente bastante importante que atua no controle do desmatamento, na preservação e na valorização do Cerrado em pé e na restauração do Cerrado. São frentes e políticas públicas que caminham em paralelo de forma bastante efetiva e o conjunto delas é que gera esses resultados que temos produzido, como o relatório do ano passado dizendo que Goiás já é Goiás carbono positivo, não é nem neutro, ou seja, tem indicadores que dizem que Goiás mais captura carbono do que emite.

A situação hídrica dos rios de Goiás é considerada preocupante, sobretudo nos últimos anos, por causa da irregularidade das chuvas. Quais medi-

“ O nosso Cerrado em pé, sobretudo aqui em Goiás, tem que ter um valor intrínseco que deve ser maior que a soja ou que o boi para que ele possa continuar em pé.”

das são adotadas pela Semad para reverter essa situação ou pelo menos não deixá-la se agravar?

A água é um elemento central do processo de gestão pública do Estado de Goiás por conta do processo das mudanças do clima. Para que a gente possa se desenvolver, a gente precisa de água. E água vale para a cidade, para o abastecimento público das casas, dos domicílios; para os comércios, nem um pequeno restaurante ou um salão de beleza; uma barbearia funciona sem água; vale também para a indústria; vale para a agricultura; e para qualquer tipo de atividade humana. Todo o monitoramento climático indica que o Centro-Oeste brasileiro tem, na curva de tendência, a tendência para ter problema com água, com escassez hídrica. O que a gente vem vendo é uma curva de aumento de temperatura, ao mesmo tempo que há redução da disponibilidade de água. Isso porque temos um regime modificado climático. Se no passado havia muita chuva, aquela chuva que ia caindo aos poucos e infiltrando no solo, hoje há um outro modelo: aquela chuva torrencial, que vem de uma vez só e o solo não tem tempo para absorver. Essa chuva corre para o rio e do rio ela vai embora, vai para o mar e não é absorvida. A recarga dos nossos lençóis freáticos tem um nível de comprometimento. Por causa disso, os nossos rios têm baixado a vazão. Se aquela chuva

que choveu não infiltrou, na hora de sair tem menos água para sair lá nos cursos d'água superficiais. Partindo desse pressuposto, o que é o trabalho que a gente fez? Todo o monitoramento, fizemos todo o enquadramento dos rios goianos, pelo menos a metade do estado já está pronto e a outra metade em andamento, dizendo onde tem rio poluído, onde não tem, onde precisa descontaminar para que tenha de fato e efetivamente a água disponível para as atividades econômicas, não só para o abastecimento público. Essa ação mostra onde tem hoje água disponível para crescimento da indústria, do agro e tudo mais. Está tudo no site, é tudo online, tudo eletrônico, qualquer pessoa que queira fazer uso de água no estado, quer montar aqui uma indústria, vai no nosso site. Isso norteia o desenvolvimento, porque se a pessoa já sabe que ali não vai ter água disponível, nem instala ali; vai procurar um local mais adequado. Com isso a gente distribui melhor o movimento de desenvolvimento estadual. Recursos hídricos é chave, tem um olhar muito cuidadoso nosso, nós avançamos enormemente na gestão de recursos hídricos, mas é fato: a cada ano que passa, o regime climático vai mostrando que aumenta o número de municípios em risco de abastecimento e vem muito dessa ação que é um problema climático mundial, do planeta, mas a nossa ação só pode ocorrer em nível local.



PODER

Em relação aos resíduos sólidos, no dado mais recente, cerca de 20% dos municípios goianos ainda não iniciaram o processo de formalizar a destinação correta dos resíduos sólidos. Qual é o prazo para que isso efetivamente se resolva no contexto estadual?

Temos na etapa de resíduos sólidos um programa chamado Lixão Zero, que é dividido em dois tempos, que a gente chama de fase provisória, intermediária e fase final. A fase final envolve a concessão do serviço público de destinação adequada de resíduos sólidos para o estado como um todo. Fazemos isso dentro das microrregiões do saneamento básico, que são três microrregiões, e contratamos o BNDES para modelar todo esse processo de concessão. É um processo único no Brasil, não tem nenhum estado fazendo isso, ou seja, é um ataque de uma vez só e envolve os 246 municípios de Goiás. É uma modelagem do ponto de vista de um serviço público que nunca foi concessionado, salvo um ou outro caso, mas nessa escala que estamos fazendo é inovação total, e ao mesmo tempo ele está cumprindo o cronograma. O nosso cronograma está em dia e até o mês de novembro deste ano tem leilão para selecionar quais empresas serão as concessionárias do serviço público de resíduos sólidos. Isso é bastante inovador, estamos avançando largamente com esse processo e essa é a etapa definitiva. Pretendemos resolver com um operador, como tem um operador de água, que a Saneago, de energia, que a Equatorial, vamos ter um operador de resíduos sólidos para o estado de Goiás, ou vários, dependendo das microrregiões e como isso está sendo estabelecido. Na fase intermediária, estamos promovendo a regularização de todos os lixões do estado de Goiás. Os municípios têm a obrigação de fazer a destinação adequada do seu resíduo, levar para aterros licenciados, a depender da distância, eles são obrigados desde já, e os municípios pequenos, que têm a maior dificuldade, estamos operando com aterros de pequeno porte, então são aterros controlados de pequeno porte até que a fase definitiva possa abranger esse serviço. Dentro das metas, os municípios têm implementação de coleta seletiva, fortalecimento das cadeias de resíduos sólidos com as cooperativas, com os catadores, com a logística reversa, também as empresas que são obrigadas a promover a logística reversa, todas ativas, com metas e obrigações a serem atingidas. Estamos trabalhando nas duas frentes, e nessa frente provisória 20% dos municípios ainda não tomaram providências. E o que a

gente faz? Conversa com o prefeito, multa, embarga o lixão e vai forçando a obrigação de que eles entrem definitivamente no programa. Ainda há uma baixa cultura voltada à gestão pública, sobretudo nos municípios, para a resolução adequada de resíduos sólidos. Mas a gente avançou muito, saiu de 96% dos municípios em situação irregular para 20%, uma redução fantástica na perspectiva de pouco tempo de programa, e eu não tenho dúvida que vamos sair desse mandato do governador Ronaldo Caiado com a questão dos resíduos sólidos resolvidos.

Padre Bernardo foi o maior desastre ambiental dos últimos anos relacionado à gestão dos resíduos sólidos. Como está a fase de responsabilização e correção do passivo ambiental?

Em o Padre Bernardo era um lixão operado com autorização judicial, nunca teve licença para operar e foi um acidente gravíssimo na perspectiva do impacto ambiental. As condições de operação daquele aterro eram muito precárias, porém, fizemos todo o acompanhamento, e continuamos a fazer o monitoramento, e a empresa responsável tem respondido à altura na seguinte perspectiva: minimizar o impacto, que foi tirar todo o lixo do curso d'água. Com o período chuvoso, já se esperava que houvesse alguma situação e de fato aconteceu, mas muito menor; cedeu novamente uma parte, mas eles estão trabalhando com as dificuldades do período chuvoso. Saiu inclusive uma decisão judicial, que tínhamos 24 horas para entregar um plano. A gente já estava fazendo o máximo que podia ser feito. Houve uma intervenção, na minha opinião, muito equivocada do Ministério Público pedindo essa ação emergencial no período chuvoso e o Judiciário, na véspera do final do ano, acabou concedendo uma liminar completamente esdrúxula, a gente conseguiu reverter parcialmente no Tribunal Regional Federal, porque está sendo feito o que é possível, minimizando o máximo que dá em razão daquele acidente. Sobretudo ali, acho que o grande equívoco foi uma tentativa do Ministério Público de trazer como obrigação do Estado solucionar um problema que é do empreendedor, e que ele vem, de certa forma, fazendo isso. Eu penso que o dinheiro público não deve ser destinado, porque vem dos tributos da população, para resolver problema de entidade privada que agiu de forma ilegal e criminosa. Esse talvez seja o maior equívoco desse processo, mas a situação de Padre Bernardo está sob controle. É uma situação complexa, difícil, porque são milhares



Eu tenho 29 anos de serviço público, eu sou servidora pública de carreira, eu não tenho uma mácula no meu nome, eu não admito esse tipo de acusação do prefeito Sandro Mabel, nem dele, nem de ninguém.

de toneladas que estão depositadas lá, só o custo de remoção do chorume, ou o custo de remoção daquele lixo estratosférico, é coisa de R\$ 100 milhões, R\$ 200 milhões para fazer uma gestão mínima. Quando há uma intervenção do Poder Judiciário equivocada, como foi nesse caso, permitindo isso (operar sem a licença ambiental), depois sobrar para o Poder Executivo ter que investir recursos para poder minimizar um problema que não deveria ter acontecido por decisão judicial. É muito complexo tudo isso, não só do ponto de vista institucional, jurídico, mas também técnico, porque depois que o problema acontece, a intervenção tem que ser realizada. Do ponto de vista de controle, porque tinha muito vetor, chorume no rio, tudo isso foi contornado, foi resolvido da melhor forma possível, não é a ideal, mas a melhor forma possível.

Como a senhora classifica hoje a situação na capital? Ambientalmente existe um

lixão ou um aterro sanitário em fase de licenciamento?

A situação de Goiânia ainda é bastante crítica e temos hoje, na legislação brasileira, dois modelos: ou é um aterro sanitário, e para ser um aterro sanitário tem que atender uma série de requisitos, que uma vez validados, é emitida uma licença ambiental. Nesse caso temos um aterro sanitário; fora disso é lixão, porque não atende os requisitos mínimos, ambientais, sociais e institucionais que são requeridos. Isso não é uma questão de opinião, é uma questão legal, ou é aterro ou é lixão. Enquanto não cumprir todos os requisitos técnicos não pode ser chamado de aterro. 'Ah, você quer diminuir o esforço?' Não, é porque ou é uma coisa ou é outra, não existe meio termo. Esse requisito técnico não diz respeito à poluição, diz respeito a combate a vetores, aqueles animais, a lançamento e risco de lançamento de chorume em curso d'água, na contaminação de solo, na gestão da pilha de lixo, para que não tenha risco de explosão, risco de desmoronamento, é uma série de requisitos técnicos que um aterro sanitário precisa atender para ser chamado de aterro. Infelizmente, até onde a gente conseguiu acompanhar, porque estava sob a nossa competência até o ano passado, antes da decisão judicial, a gente não tinha como atestar que a situação de Goiânia poderia ser chamada de aterro sanitário. A gente perdeu o controle e a fiscalização por ordem judicial.

Aprefeitura conseguiu na Justiça a prerrogativa de licenciar o aterro, mas pediu ajuda para os técnicos da Semad. Sabe em que estágio está o licenciamento?

O auxílio que a prefeitura pediu foi de capacitação. O que a gente fez e está em curso é a capacitação dos técnicos da prefeitura

para licenciar o aterro de Goiânia. Não foi solicitado para que a gente avaliasse impacto ambiental, nada disso; é capacitação, e a gente se comprometeu. A resposta que tem que ser dada é o controle ambiental efetivo da situação dos resíduos sólidos de Goiânia e de qualquer outro município. O que a gente puder fazer para apoiar, a gente vai fazer.

É tecnicamente possível resolver os problemas estruturais e transformá-lo em um aterro sanitário, observados os padrões legais?

Tecnicamente possível sempre é, mas isso envolve muito investimento. É um aterro que está em fase final de vida útil, não comporta mais receber por muitos anos resíduo, tem uma gestão que vai acontecer ao longo de muitos anos e envolve uma série de questões que precisam acontecer. Em meio ambiente tudo pode melhorar, mas tem que fazer o investimento e atender aos requisitos técnicos necessários.

O prefeito Sandro Mabel classificou a Semad como um câncer dentro do governo e falou que a senhora atuava junto de uma máfia do lixo. A senhora atua num campo político melindroso, mas essa fala causou algum estranhamento na senhora?

Essa fala é um absurdo, é uma verdadeira... nem que nome que a gente dá para um ataque de um prefeito, como é o caso do Sandro Mabel, com relação a isso. Primeiro, me acusar de qualquer tipo de interferência que não seja absolutamente republicana é um absurdo. Eu tenho 29 anos de serviço público, eu sou servidora pública de carreira, eu não tenho uma mácula no meu nome, eu não admito esse tipo de acusação do prefeito Sandro Mabel, nem dele, nem de ninguém. Eu não atuo como máfia, eu não atuo de forma irregular, nunca farei isso. Ele não tem o menor elemento para me acusar. É uma situação de indignação com esse tipo de fala. Indignação, isso é uma verdadeira aberração do prefeito Sandro Mabel, isso eu falo em meu nome, não estou nem aí se a questão política é mais sensível, menos sensível, mas é inadmissível que um gestor público que já está há mais de um ano no cargo não consiga dar solução para o aterro dele e queira fazer essa cortina de fumaça, de acusações e tudo mais, sem ter apresentado um único avanço no aterro sanitário de Goiânia até então. Então isso é importante dizer. Com relação a Semad ser um câncer, esse é o maior absurdo de toda a história.

[Leia mais no site](#)

www.tribunadoplanalto.com.br

DÍVIDAS

Goiás lidera recuperações judiciais no agro em 2025

CNA/Wenderson Araujo/Trilux

Divulgação

Estado teve aumento mais relevante, especialmente nos setores ligados ao agronegócio, agroindústria, logística, transporte e serviços associados à produção rural

Carla Borges

Goiás foi o Estado brasileiro com o maior número de recuperações judiciais envolvendo produtores rurais e empresas ligadas ao agronegócio em 2025. Os dados ainda estão sendo consolidados, mas os levantamentos preliminares apontam nessa direção. O ano fechou com mais de 700 pedidos nos segmentos do agro em todo o Brasil, dos quais 94 só em Goiás. Esse avanço dos pedidos de recuperação judicial evidencia uma concentração regional cada vez mais clara no Brasil.

Estados com forte presença de empresas de médio porte e elevada dependência de cadeias produtivas intensivas em crédito lideram esse movimento. Nesse cenário, Goiás se destaca como um dos estados com crescimento mais relevante de pedidos, especialmente nos setores ligados ao agronegócio, agroindústrias, logística, transporte e serviços associados à produção rural.

Levantamentos recentes de dados judiciais e de birôs de crédito mostram que, embora o Sudeste concentre o maior volume absoluto de recuperações judiciais, o Centro-Oeste chama atenção pelo crescimento proporcional, com Goiás figurando de forma recorrente entre os estados com maior incidência no segmento agroempresarial. O fenômeno reflete um ambiente de margens comprimidas, crédito mais caro e seletivo e dificuldades de rolagem de dívidas estruturadas em ciclos longos. É um cenário que sufoca os produtores endividados.

Especialista em reestruturação e recuperação judicial, o



Goiás se destaca como um dos estados com crescimento mais relevante de pedidos de recuperação judicial

advogado empresarial Eliseu Silveira pontua que a situação atual é resultante de problemas que se agravaram a partir de 2020, quando eclodiu a pandemia de Covid-19. Isso porque a grande maioria dos produtores brasileiros não tem recursos próprios para financiar a produção e dependem de financiamentos subsidiados pelo governo.

Com a maior parte da produção negociada antecipadamente e em uma situação de crise generalizada, passaram a ser frequentes as situações de produtores que perderam fazendas, terras e maquinários para pagar dívidas com instituições bancárias. “A recuperação judicial é um processo na Justiça para organizar dívidas dos produtores”, diz Eliseu Silveira, que também é administrador judicial.

POUCAS FALÊNCIAS

Eliseu Silveira pontua que Goiás tem situação vantajosa no cenário nacional, com bons profissionais, Poder Judiciário rápido e bons administradores judiciais, o que facilita para os produtores que decidem recorrer a essa modalidade. Ele pontua que a média de casos de RJ que evoluem para falências é em torno de 7% a 8% no Estado. No entanto, o profissional faz um alerta: “Esse número tende a crescer, porque muita gente não conhece e a recuperação judicial traz riscos. É como uma UTI. Para quem precisa, é a melhor coisa do mundo, mas não se aplica a todos os casos”.

SAIBA MAIS

Como funciona a recuperação judicial no agro

- ✓ A RJ é um instrumento legal para evitar a falência, permitindo que produtores (pessoa física ou jurídica) reorganizem suas dívidas e continuem operando;
- ✓ Diagnóstico (Pré-RJ): Levantamento completo de dívidas, credores, garantias, contratos e o histórico produtivo;
- ✓ Documentação e ajuizamento: o produtor (registrado na Junta Comercial há pelo menos 2 anos) protocola o pedido, provando sua viabilidade;
- ✓ "StayPeriod" (suspensão): O juiz, ao aceitar o pedido, suspende execuções e cobranças contra o produtor por 180 dias (prorrogáveis);
- ✓ Administrador judicial: nomeado pelo juiz para fiscalizar o processo e garantir transparência;
- ✓ Plano de Recuperação Judicial (PRJ): documento técnico que define como as dívidas serão pagas (descontos, prazos longos, carência);
- ✓ Assembleia Geral de Credores (AGC): credores votam se aprovam ou rejeitam o plano proposto;
- ✓ Homologação e cumprimento: o juiz valida o plano aprovado e o produtor passa a cumpri-lo para reconstruir sua saúde financeira.

Quem pode pedir

- ✓ Produtor rural pessoa jurídica: pode pedir normalmente
- ✓ Produtor rural pessoa física: Pode pedir, desde que comprove o exercício da atividade rural há mais de dois anos e realize a inscrição na Junta Comercial (o STJ validou a inscrição retroativa para contagem do prazo)

O especialista destaca ainda que o pedido de recuperação judicial depende de voto para ser aprovado, não apenas de decisão do juiz. Quem decide é a assembleia geral de credores. Silveira acrescenta que há outros mecanismos previstos em lei, como o alongamento de dívida, para quem deve para um só credor; renegociação do débito; venda para fundos que compram dívidas. “Recuperação

judicial é só para quem precisa”, enfatiza.

FINANCIAMENTOS

Em Goiás, empresas que cresceram nos últimos anos impulsionadas por financiamentos, CPRs, contratos de fornecimento e operações de barter passaram a enfrentar um cenário mais restritivo. Oscilações de preços, aumento de custos operacionais, gargalos logísticos e maior



Advogado Eliseu Silveira: “É como UTI; recuperação judicial é para quem realmente precisa”

rigor das instituições financeiras reduziram a liquidez e aceleraram a busca por mecanismos de reorganização.

Outro fator que amplia o impacto regional é o efeito dominó provocado pelas recuperações judiciais. Quando uma empresa entra em crise, fornecedores, transportadoras, cooperativas, produtores e prestadores de serviço locais sentem imediatamente os reflexos, ampliando o risco de novas dificuldades dentro da mesma região econômica.

Para Eliseu Silveira, o cenário exige mudança de postura por parte dos empresários. “A realidade de Goiás mostra que a recuperação judicial deixou de ser um sinal de fracasso. Em muitos casos, ela é uma decisão estratégica para empresas viáveis que precisam reorganizar dívidas, proteger o caixa e preservar operações. O problema é insistir em soluções improvisadas e buscar auxílio jurídico apenas quando a crise já está instalada. Quanto mais cedo o diagnóstico, maiores são as chances de reorganização real”, afirma.

O contexto reforça a importância de planejamento jurídico-financeiro, análise preventiva de riscos, revisão de contratos e renegociação estruturada de passivos. Em um ambiente de crédito restrito e alta pressão sobre custos, a forma como a empresa reage à crise pode determinar não apenas sua sobrevivência, mas também a estabilidade econômica de toda a região onde está inserida.

PODER

ELEIÇÕES

Deputados estaduais vivem indefinição partidária em ano eleitoral

Fotos: Maykon Cardoso

Com eleições em outubro e articulações intensificadas após reunião com Daniel Vilela (MDB), deputados ainda buscam partido para garantir espaço na disputa

Arthur Oliveira*

Até menos de nove meses das eleições de 2026, o cenário partidário na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) ainda está longe de se consolidar. Embora parte dos deputados estaduais já estejam acomodados em suas siglas ou em federações partidárias, há parlamentares que permanecem sem definição clara de legenda para disputar a reeleição. A movimentação destaca um período de articulações intensas, negociações de bastidores e reavaliação de estratégias políticas.

As movimentações partidárias ganharam impulso após a recente reunião conduzida pelo vice-governador Daniel Vilela, quando lideranças da base discutiram a organização das chapas e o alinhamento estratégico para as eleições de outubro. O encontro foi interpretado como um sinal claro de que o grupo governista busca consolidar alianças e oferecer segurança política aos parlamentares que ainda estão sem definição partidária, acelerando negociações e reposicionamentos dentro do tabuleiro eleitoral.

Entre os nomes ligados ao União Brasil e à federação partidária, estão Adriano do Baldy, José Nelto, Pedro Salles e Fátima Gavioli, que disputarão vaga para deputado federal. Também constava na relação o nome de Silve Alves, que já manifestou publicamente estar em busca de uma nova sigla para viabilizar seu projeto de reeleição. A possível reconfiguração dessas filiações pode



Período eleitoral começa oficialmente em 16 de agosto, quando passa a ser permitida a propaganda eleitoral



Cristiano Galindo: deputado está sem partido para concorrer nas próximas eleições

alterar o peso das chapas proporcionais e influenciar a montagem das nominatas.

No Solidariedade, o deputado Cristiano Galindo confirmou que disputará a reeleição, mas ainda não definiu se permanecerá na legenda. Galindo aguarda definições partidárias e avalia cenários antes de tomar uma decisão. Há ainda a perspectiva de consolidação de uma federação entre Solidariedade e PRTB, infor-

mação que procede nos bastidores, mas que depende de alinhamentos nacionais.

O PRTB, por sua vez, mantém nomes como Wagner Neto, Coronel Adailton, Julio Pina e Doutora Zeli. Até o momento, a sigla não detalhou oficialmente como organizará sua chapa para 2026. Coronel Adailton e Julio Pina, que figuram entre parlamentares com forte atuação regional e histórico de envio expressivo de emen-

das, são vistos como peças estratégicas em qualquer arranjo partidário.

No MDB, outro partido tradicional da política goiana, os deputados Lucas do Vale, Lucas Calil, Issy Quinan, Amilton Filho, Charles Bento e Lineu Olímpio ainda não se manifestaram oficialmente sobre eventuais mudanças de legenda. A legenda emedebista, que já teve protagonismo majoritário no Estado, trabalha para manter competitividade e evitar perdas em meio à reorganização do quadro político.

Já no União Brasil, permanecem nomes de peso como Virmondes Cruvinel, Lincoln Tejeta, Amauri Ribeiro, Talles Barreto, Rubens Marques, Veter Martins, além do presidente da casa Bruno Peixoto, que sairá como deputado federal. A sigla, que integra a base governista, tende a ser um dos principais polos de atração de parlamentares interessados em disputar a reeleição com maior estrutura partidária e tempo de televisão.

A indefinição partidária não é incomum no período pré-eleitoral, sobretudo em um cenário marcado por federações e cláusulas de desempenho que pressionam as legendas a formar chapas competitivas. Deputados avaliam não apenas afinidade ideológi-

ca, mas também viabilidade eleitoral, coeficiente partidário e espaço interno nas nominatas.

Outro fator determinante é a composição das chapas proporcionais. Como a eleição para deputado estadual depende do quociente eleitoral, estar em um partido com nominata forte pode ampliar as chances de reeleição. Por isso, muitos parlamentares aguardam o desenho final das federações e alianças antes de oficializar qualquer migração.

Nos bastidores, lideranças partidárias intensificam conversas individuais, oferecendo estrutura, apoio regional e projeção política. A expectativa é que as definições avancem ao longo de 2026, especialmente após o calendário nacional consolidar regras e possíveis federações.

Enquanto isso, a Assembleia segue com um grupo de deputados que, embora já tenham declarado intenção de disputar a reeleição, ainda caminham sem legenda definida ou com filiação sob análise. O desfecho dessas movimentações pode redesenhar o mapa político da Alego e influenciar diretamente a correlação de forças na próxima legislatura.

*Arthur Oliveira é estagiário sob a supervisão de Andréia Bahia

MOBILIDADE

Caiado entrega reconstrução do Terminal Praça A e 21 ônibus elétricos

Etapas do projeto Nova RMTc também inaugura maior estação de recarga do Brasil

Da redação

Em mais um passo concreto de melhoria e modernização do transporte coletivo da Grande Goiânia, o governador Ronaldo Caiado inaugurou, nesta sexta-feira (30/1), a reforma do Terminal Praça A. Também entregou 21 ônibus elétricos e a maior estação de recarga do Brasil. “Não tem nada semelhante ao que é oferecido hoje à nossa população. São os ônibus mais modernos do mundo”, destacou o chefe do Executivo.

As novidades integram o Projeto Nova RMTc, que investe R\$ 2 bilhões para melhorar a qualidade do serviço prestado aos cerca de 530 mil usuários diários de 19 municípios. Caiado lembrou que os avanços ocorrem sem nenhum custo adicional ao cidadão, já que a tarifa de R\$ 4,30 não tem reajuste desde 2019. “É uma parceria que deu certo entre o Estado, as prefeituras e o empresariado. Esse foi o tripé que fez a frota mais verde do país. É a menor produção de CO2 em transporte público no Brasil. Somos



Governador Ronaldo Caiado entrega terminal Praça A, novos ônibus e estação de recarga: transporte coletivo renovado e sustentável

comparados aos países mais desenvolvidos em tecnologia, como China e Noruega”, celebrou o governador.

Destinada ao BRT Leste-Oeste Anhanguera, a nova frota anunciada é composta por 16 ônibus elétricos articulados (com 21 metros de comprimento e capacidade para 180 passageiros) e cinco elétricos biarticulados (28 metros que comportam até 250 pessoas, sendo o maior modelo em operação). Com isso, a Região Metropolitana é a primeira do mundo a operar veículos dessa dimensão em linhas regulares do transporte público urbano.

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, enalteceu a parceria estabelecida pelo Estado com as prefeituras em prol do cidadão. “Caiado dá um impulso no transporte coletivo [...], e nós elegemos o transporte coletivo como meio de transporte do goianiense. Por

isso, estamos fazendo a metronização, a sincronização de semáforos, abrindo faixas adicionais para os ônibus. Teremos uma Goiânia rápida”.

O evento ocorreu em etapas. Primeiro, na garagem da Metrobus, houve a entrega dos ônibus e da estação de recarga. O eletroposto instalado ali possui 23 carregadores de 240 kW, capacidade para atender 46 ônibus simultaneamente e potência total de 6 MVA. Na sequência, as autoridades embarcaram em um biarticulado e seguiram até a Praça A. Entre os presentes estavam o prefeito de Trindade, Marden Júnior; a primeira-dama de Senador Canedo, Simone Assis; o diretor da HP Transportes Coletivos, Edmundo de Carvalho Pinheiro; o Chief Marketing Officer (CMO) da Nansen, Ciro Lima; o presidente da Volvo Buses na América

Latina, André Marques; e o diretor-executivo do Consórcio BRT, Laércio Ávila.

TERMINAL AMPLIA ÁREA EM QUASE TRÊS VEZES

Localizado na região de Campinas, o Terminal Praça A é um dos mais movimentados do sistema e não passava por reforma estrutural há pelo menos 26 anos, tendo problemas de infiltrações, falhas de iluminação e acessibilidade. Na atual gestão, o espaço foi totalmente reconstruído, ampliando o tamanho de 1.941,60 m² para 5.541,76 m². Com investimento de R\$ 29 milhões, a obra durou nove meses e promete mudar a experiência dos cerca de 50 mil passageiros que transitam pelo local diariamente.

O novo terminal ganhou modernas instalações, incorporação de tecnologias de opera-

ção e segurança (com 74 câmeras), além de atender integralmente às normas de acessibilidade, desde a qualidade do piso até os banheiros. O comerciante Eudes Ferreira da Silva trabalha há 28 anos no local e ficou impressionado com a estrutura. “Isso aqui era horrível. Não podia chover que alagava tudo e transbordava aqui dentro. Agora, fecho o olho e acho que estou sonhando. Ficou excelente, granfino, muito bom. Eu acho que tem gente que vai largar o carro na garagem para andar de ônibus, entendeu?”, testemunhou o trabalhador.

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, ressaltou o compromisso assumido pelo governador Ronaldo Caiado no início de sua gestão de resgatar e modernizar o transporte coletivo, que por anos enfrentou um cenário de sucateamento. “Hoje temos o melhor transporte coletivo do Brasil. Diversos empresários, secretários e especialistas da área, de várias partes do país, estão vindo conhecer essa transformação”, revelou.

Além do Praça A, outros quatro terminais já foram reconstruídos no corredor da Avenida Anhanguera: Dergo, Novo Mundo, Praça da Bíblia e Senador Canedo. Em breve, o Estado entregará a unidade Padre Pelágio, concluindo integralmente o projeto de requalificação dos terminais do BRT Leste Oeste. As 19 estações que passam pela avenida também já foram reformadas.

FORÇA-TAREFA

Com 91% de eficiência em elucidação de crimes, Polícia Civil esclarece caso de corretora desaparecida

A Polícia Civil de Goiás mobilizou uma força-tarefa e utilizou o novo helicóptero da corporação, em operação desde dezembro de 2025, nas buscas pela corretora Daiane Alves Souza, em Caldas Novas. O emprego da aeronave auxiliou na varredura da região, resultando na localização do corpo da mulher de 43 anos, nesta quarta-feira (28/1), em uma área de mata a cerca de 15 quilômetros da cidade. O síndico do prédio onde ela morava, Cléber Rosa de Oliveira, e o filho dele, Maykon Douglas de Oliveira, foram presos como suspeitos do homicídio.

A investigação contou com o apoio de grupos especializados e recursos estratégicos, como aná-

lise de videomonitoramento. “Hoje completa 42 dias do desaparecimento e 41 dias da notificação oficial desse crime. A gente busca muito, não só suspeitos, mas precisávamos da materialidade do caso, que infelizmente se trata de homicídio, uma vez que o corpo foi encontrado”, afirmou o delegado-geral da Polícia Civil, André Ganga, durante coletiva de imprensa.

O delegado-geral também exaltou o trabalho do Grupo de Investigação de Homicídios (GIH) de Caldas Novas, conduzido pelo delegado André Luiz Barbosa. “Realmente fez um trabalho excepcional durante esse período, conseguindo provas de materialidade e de autoria, tra-



Força-tarefa da Polícia Civil prende suspeitos de matar Daiane Alves de Souza, em Caldas Novas

zando robustez para o inquérito policial. Graças a toda equipe do GIH, Caldas Novas tem um índice de resolução de homicídio e tentativa de homicídio de mais de 91%. Hoje comprovamos esse trabalho que tem sido feito”.

Além do GIH, a força-tarefa envolveu equipes do Grupo de Investigação de Desaparecidos,

da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios e da Inteligência da Polícia Civil. Daiane foi vista pela última vez no dia 17 de dezembro, quando desceu até o subsolo do prédio para verificar um problema de corte de energia no apartamento dela. Após o desaparecimento, familiares registraram um bole-

tim de ocorrência e passaram a procurar informações em unidades de saúde, com amigos e conhecidos.

Para a Polícia, a motivação do crime está relacionada a desavenças comerciais entre a corretora e o síndico. “A administração dos apartamentos da família da Daiane era feita pelo síndico. Então houve um atrito aí, uma questão de relação comercial”, disse o delegado André Luiz Barbosa. “Em novembro de 2024, a família da Daiane tira a administração do prédio e, a partir daí, inicia uma série de desavenças”, emendou. Em depoimento, o síndico confessou o crime e afirmou ter retirado o corpo do local em sua picape.

PODER

DISPUTA

Construtora vai à Justiça para tentar reativar contrato de R\$ 107 milhões na Saúde de Goiânia

Reprodução / Google



Juíza não determina retomada, mas obriga Prefeitura a decidir sobre contrato suspenso desde 2024

Lucas de Godoi

A Construtora Porto S/A entrou na Justiça para tentar reativar o contrato de R\$ 107 milhões firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, suspenso desde 2024 por decisão do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). A ofensiva ocorre após uma sequência de decisões administrativas e judiciais reveladas pela Tribuna do Planalto, que culminaram na revogação da cautelar que bloqueava os pagamentos, sem que o contrato tivesse seu mérito analisado pelo Tribunal.

O contrato, originado de adesão a uma ata de registro

Empresa de Roraima tem mais de R\$ 8 milhões para receber da Prefeitura de Goiânia

de preços do Governo de Roraima, havia sido suspenso por medida cautelar do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) ainda em 2024, diante de suspeitas sobre a vantajosidade, a instrução do processo e o risco de pagamentos sem comprovação de execução.

No plano administrativo, o entendimento da Prefeitura de Goiânia segue em direção oposta à pretensão da construtora. O posi-

cionamento adotado é de que o contrato não pode ser retomado porque sua vigência já se encerrou, visto que o documento previa validade de um ano, entre agosto de 2024 e agosto de 2025.

Assim, na visão da secretaria, não haveria possibilidade de continuidade de um contrato com vigência encerrada. Por outro lado, isto não foi comunicado formalmente à empresa no âmbito do trâmite administrativo, con-

forme reconheceu a Justiça em 16 de dezembro de 2025.

A Tribuna do Planalto solicitou acesso aos documentos que embasaram a conclusão do processo administrativo, mas a Prefeitura de Goiânia não disponibilizou os autos. Registros públicos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) mostram que o procedimento tramitou por áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde e foi concluído em 14 de janeiro de 2026, quando

a empresa teria sido informada da impossibilidade de renovação do contrato.

Atualmente, conforme informou a Prefeitura de Goiânia, os serviços de reparos estruturais nas unidades da rede municipal de saúde estão sendo executados por outra empresa.

A reportagem tentou entrevista com o advogado que representa a empresa na ação judicial desde terça-feira (27), sem sucesso.

Frente judicial incluiu a revogação de medida cautelar no TCM

A ofensiva jurídica da Construtora Porto S/A teve início em 2024, com ação para atestar a legalidade dos serviços prestados. Em agosto de 2025, a Tribuna do Planalto revelou que o TCM-GO passou a discutir a revogação da cautelar que suspendia os pagamentos, após decisão judicial reconhecer uma dívida de cerca de R\$ 8 milhões referente a serviços executados antes da suspensão.

Na ocasião, o relator, conselheiro Daniel Goulart, votou pela

revogação diante do “aparecimento de requisitos autorizativos”, mas ressaltou que a medida não representava validação do contrato.

Por outro lado, o procurador de contas Henrique Pandim defendeu a análise do mérito da apuração e questionou a atuação do Município na Justiça. “Achei um pouco estranho porque o município, quando contestou a ação de cobrança, sequer mencionou a existência desse processo aqui no tribunal”, disse.

Com a repercussão do caso, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) abriu apuração interna para investigar por que a Secretaria Municipal de Saúde não informou à defesa judicial a existência da cautelar do TCM-GO. Em nota, a PGM afirmou que “as defesas são elaboradas com base nos subsídios enviados pelas secretarias” e que, sem essa informação, não foi possível alegar a suspensão vigente. A SMS só respondeu aos questionamentos

da PGM em 6 de outubro, após nova provocação da Tribuna.

Em 20 de agosto de 2025, o Pleno do TCM-GO revogou oficialmente a cautelar, liberando os pagamentos. Embora a empresa tenha sustentado que não pretendia retomar o contrato, conforme afirmou conselheiros, a decisão afastou o principal entrave jurídico à execução.

Ao justificar o voto, Goulart citou a reportagem como argumento para revogar a cautelar. “Isso saiu na Tribuna do Planalto

e, para a empresa, isso não é bom”. Na época, o conselheiro Francisco Ramos foi o único a defender a manutenção da cautelar.

No início de outubro do ano passado, a Justiça manteve a condenação da Prefeitura ao pagamento de R\$ 8,09 milhões. A juíza Simone Monteiro classificou o recurso da PGM como “mero inconformismo”. Em 12 de novembro, o Município apresentou apelação, ainda pendente de julgamento.

Defesa afirma que contrato voltou a valer com queda da cautelar

A Construtora Porto S/A sustenta que a revogação da medida cautelar do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) eliminou o principal impedimento jurídico para a retomada do contrato de R\$ 107 milhões firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia para serviços de manutenção predial e reparos estruturais em unidades da rede municipal.

O argumento foi apresentado em mandado de segurança ajuizado contra ato atribuí-

do ao secretário municipal de Saúde, no qual a empresa aponta omissão administrativa diante da ausência de decisão sobre a continuidade da execução contratual após o Tribunal de Contas derrubar a cautelar que suspendia os pagamentos.

Segundo a construtora, a paralisação do contrato nº 261/2024 decorreu exclusivamente da Medida Cautelar nº 16/2024, expedida pelo TCM-GO em novembro de 2024. Com a revogação da decisão pelo Pleno do Tribunal, em

agosto de 2025, a defesa afirma que não haveria mais fundamento legal para manter o contrato inativo.

A defesa também cita decisão judicial transitada em julgado que reconheceu a validade do contrato e determinou o pagamento de medições relativas a serviços executados antes da suspensão.

No processo, a construtora afirma que apresentou documentação complementar solicitada pela Secretaria de Saúde, incluindo referências de preços, mas que o pedido

ficou sem decisão administrativa por mais de 40 dias.

Ao analisar o pedido liminar, a juíza Raquel Rocha Lemos afastou a possibilidade de impor a retomada imediata do contrato, por entender que a decisão envolve juízo de conveniência e oportunidade, inserido no mérito administrativo. Por outro lado, reconheceu a demora excessiva da administração e determinou que a Prefeitura conclua o processo administrativo em até 30 dias, com decisão expressa e fundamentada.

A magistrada deixou claro que a decisão judicial não reativa o contrato, mas impõe à administração municipal o dever de decidir sobre a retomada, após a revogação da cautelar pelo TCM. Até o fechamento desta matéria, em 30 de janeiro, o secretário municipal de Saúde ainda não havia sido formalmente intimado da liminar, uma vez que a Justiça aguardava o pagamento das custas de locomoção do oficial de justiça, informado pela construtora apenas em 27 de janeiro.

ANÁPOLIS

Câmara retoma sessões com foco no Plano Diretor e cobrança ao Executivo

Carlos Nathan Sampaio

Vereadores destacam expectativas para 2026, ano marcado por debates urbanísticos, demandas históricas e cenário eleitoral

Carlos Nathan Sampaio

A Câmara Municipal de Anápolis retoma oficialmente as sessões legislativas nesta segunda-feira, 2 de fevereiro, abrindo um novo ciclo de debates e deliberações que, segundo os vereadores, promete ser um dos mais relevantes dos últimos anos. Em 2026, o Legislativo municipal terá pela frente uma agenda considerada estratégica, que inclui a discussão e votação do novo Plano Diretor, a fiscalização das ações do Executivo, a continuidade de políticas de desenvolvimento econômico e social, além do impacto indireto do cenário eleitoral nacional. Para explicar melhor, a Tribuna de Anápolis falou com alguns parlamentares para adiantar com mais detalhes o que está por vir.

Para a presidente da Câmara, vereadora Andreia Rezende (Avante), o início dos trabalhos ocorre em um ambiente de expectativa positiva e grande responsabilidade institucional. Segundo ela, a Casa vem se preparando de forma articulada para enfrentar um dos principais desafios do ano: a atualização do Plano Diretor do município. "Estamos trabalhando com muita alegria para a retomada dos trabalhos no Legislativo. Este é um ano decisivo, porque o Plano Diretor exige uma ampla articulação e debates profundos com a sociedade", afirmou.

Andreia destacou que a Câmara tem buscado diálogo com entidades representativas como a CDL, a



Câmara Municipal de Anápolis

Acia e instituições de ensino superior, com o objetivo de construir um plano que enfrente problemas históricos da cidade e crie caminhos para melhorias estruturais. Para a presidente, esse processo será um dos pontos altos da atuação parlamentar em 2026. Ela também ressaltou que, mesmo sendo um ano eleitoral, os trabalhos não serão interrompidos. "Seguiremos trabalhando para o que fomos eleitos. Os 23 vereadores têm o mesmo objetivo: entregar resultados concretos para Anápolis", declarou.

Ainda segundo Andreia Rezende, a Câmara tem atuado em parceria com o Executivo para aprovar medidas que melhorem o ambiente de negócios, como o Alvará Simplificado, que permite a emissão de licenças em até 24 horas, e o Alvará Autodeclaratório para a construção civil, que moderniza o licenciamento do setor. A presidente também citou a atuação conjunta com o prefeito Márcio Corrêa na cobrança da aplicação da Lei dos Fios, voltada à retirada de cabos inutilizados dos postes da cidade.

Pela base governista, o líder do prefeito na

Câmara, vereador Jean Carlos (PL), avalia que o ritmo de trabalho seguirá elevado, apesar de 2026 ser marcado por eleições e grandes eventos nacionais. Ele afirmou que a prioridade será avançar na execução dos projetos previstos no plano de governo. Entre os destaques estão o início do programa Construindo Sonhos, a revitalização de equipamentos públicos, como a Matinha, além do fortalecimento das políticas de saúde e da redução do déficit educacional.

Jean Carlos também apontou como central o debate do Plano Diretor 2026, considerado fundamental para o planejamento urbano e o desenvolvimento sustentável do município. Outro foco, segundo ele, será a retomada de obras paralisadas e a melhoria das condições fiscais e financeiras da prefeitura, com atenção especial à revisão da classificação do Capag e à reavaliação das condições do empréstimo vigente.

Na oposição, o vereador Rimet Jules (PT) afirmou que o mandato inicia o ano com entusiasmo e foco na consolidação de projetos próprios. Um dos principais é a Expedição

Salve o Rio das Antas, iniciativa voltada à recuperação ambiental de um dos rios mais importantes da cidade. O parlamentar informou que já foi lançado um edital para a contratação de um jovem estudante da área ambiental, que irá integrar a equipe após processo seletivo. Segundo ele, a proposta é fortalecer a agenda ambiental em Anápolis.

Rimet também deixou claro que a oposição será mais incisiva na cobrança das promessas de campanha do prefeito. "Já não existe mais a desculpa do primeiro ano de gestão ou do orçamento herdado. Vamos cobrar resultados", afirmou, citando como prioridades a ampliação de vagas em creches e escolas e a redução das filas por consultas, exames e cirurgias na rede municipal de saúde.

Também na bancada de oposição, o vereador Professor Marcos Carvalho (PT) destacou que 2026 será um ano de muito trabalho, com foco na valorização dos servidores públicos. Entre as pautas defendidas estão o reajuste salarial, avanços para cuidadoras e auxiliares da educação infantil, a criação de um piso municipal para os ser-

vidores, a reforma das escolas e o fortalecimento das políticas culturais. "As eleições podem até refletir momentaneamente no cenário, mas não vão alterar nossa agenda de trabalho. O desafio é manter um mandato próximo da sociedade", afirmou.

O início do novo ano legislativo ocorre após um 2025 de intensa produção parlamentar. Segundo balanço divulgado pela própria Câmara, ao longo do ano passado foram analisadas, discutidas e votadas 6.291 proposituras, uma média de cerca de 17 matérias por dia. A maior parte correspondeu a requerimentos voltados a demandas de zeladoria urbana, além de indicações, moções, projetos de lei e vetos do Executivo. De acordo com a presidência, parte das leis aprovadas teve impacto direto em áreas como construção civil, habitação, abertura de empresas e saúde.

Com esse histórico recente e uma pauta considerada decisiva, a expectativa é de que a Câmara Municipal de Anápolis tenha em 2026 um ano marcado por debates intensos, cobranças políticas e decisões com impacto direto no futuro da cidade.

ESPORTE



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

A arte de descobrir talentos em um futebol de poucos recursos

Fazer futebol nos centros periféricos do futebol brasileiro requer inteligência, criatividade e olho clínico para descobrir talentos sem a exigência de fazer grandes investimentos de jogadores já reconhecidos no cenário do futebol nacional. Mesmo porque esses recursos não existem nos clubes considerados pequenos ou medianos. Em agremiações da elite, como Flamengo e Palmeiras, a realidade é outra, para adquirir um grande jogador, basta querer.

Goiás é considerado um Estado periférico, quando o assunto é fute-

bol. Há dois anos, nenhum clube goiano disputa a série A do campeonato brasileiro. A capacidade de investimento é muito pequena, por isso, os dirigentes têm que usar da criatividade, do conhecimento do futebol e da capacidade de visualizar onde estão as oportunidades para, quem sabe, acertar em apostas que podem se transformar em dinheiro para os cofres dos clubes. Em Goiás, alguns dirigentes foram e são especialistas em encontrar "joias" que trouxeram e trazem grande retorno aos cofres das equipes.

Hailé, Raimundo e Adson

No Goiás, Hailé Pinheiro e Raimundo Queiroz sempre descobriram talentos, negociados por quantias importantes, que proporcionaram ao clube construir seu invejável patrimônio e manter o time na divisão de elite do futebol nacional. São os casos de Araújo, Josué e Marquinhos, descobertos por Raimundo Queiroz no interior de Pernambuco, que se transformaram em craques desejados por grandes clubes do Brasil e do exterior. Josué jogou no futebol alemão e vestiu a camisa da seleção brasileira.

Ainda no Goiás, o dirigente maior da agremiação, Hailé Pinheiro dirigia a HP Transportes e ainda encontrava tempo para comandar o Goiás e "garimpar" jogadores para o elenco esmeraldino. Hailé Pinheiro desco-

briu Bruno Henrique, jogando pelo Itumbiara, na época disputando a segunda divisão do futebol goiano. O atacante foi negociado posteriormente com o futebol da Alemanha e atualmente defende as cores do Flamengo. Hailé Pinheiro ainda descobriu o goleiro Tadeu, na Ferroviária de Araraquara e Michael, quando o craque jogava por um prato de comida no Goianésia.

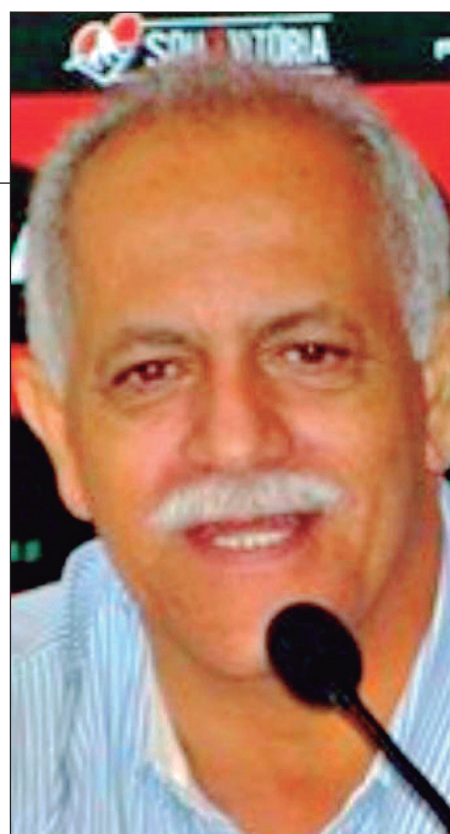
Outro expert em descobrir talentos é Adson Batista, presidente do Atlético Goianiense. Por suas mãos, o Atlético descobriu o volante Marlon, hoje no Palmeiras, Baralhas, atualmente no Vitória da Bahia, Wellington Rato, se recuperando de contusão no Goiás, o goleiro Ronaldo, contratado pelo Bahia e por último, o centroavante

A Taça fica na capital

Se na capital goiana é difícil fazer futebol de alta qualidade, no interior a situação é muito pior. Sem calendário e sem apoio, é muito mais complicado fazer boas equipes e sonhar com um título estadual. O campeonato goiano de 2026 apresenta um cenário onde os três clubes de Goiânia não são incomodados pelas equipes interioranas. A superioridade técnica é

brutal. No início da sétima rodada, já é possível afirmar que o título do estadual não sai das mãos de Goiás, Vila Nova ou Atlético.

Equipes tradicionais, que inclusive já conquistaram o título estadual, fazem uma campanha sofrível, como é o caso do Goiatuba, Crac de Catalão, Anápolis, além de Aparecidense e Inhumas. Até o momento, apenas a Jataiense con-



Raimundo Queiroz descobriu Araújo, Marquinhos e Josué



Adson Batista, descobridor de talentos

Léo Jacó, contratado junto ao Vasco da Gama. Esse foi um "achado". Léo Jacó tem apenas 20 anos, foi artilheiro do sub-20 da equipe cruzmaltina e acabou sendo liberado pelo Vasco. O Atlético viu no artilheiro uma oportunidade de negócio, contratou o jogador que já é o artilheiro do campeonato goiano, com valorização garantida.

Com 22 gols marcados na categoria em 2025, Léo Jacó acabou não sendo adquirido pelo Vasco. O jogador pertencia ao Nova Iguaçu e estava emprestado ao time da Colina, com preferência para contratar o artilheiro em definitivo. A torcida do Vasco protestou, queria a permanência do jogador, mas a diretoria não demonstrou interesse e o artilheiro foi contratado por Adson Batista por

apenas R\$ 1 milhão. Léo Jacó assinou contrato com o Dragão por quatro anos e, certamente, vai render muito dinheiro para a equipe atleticana.

Atualmente, Vila Nova e Goiás, principalmente, não tem feito descobertas em times considerados pequenos, ou até mesmo na várzea, onde surgem os grandes jogadores. Preferem contratar jogadores prontos, que não estão sendo aproveitados em outros times, às vezes veteranos em fim de carreira, como aconteceu com muitos jogadores contratados no ano que passou. São os chamados "medalhães", jogadores que brilharam nos grandes times e, no final de suas carreiras, encontram no futebol goiano uma oportunidade de faturar uma grana extra e garantir a aposentadoria tranquila.

seguiu vencer um time da capital. Derrotou o Atlético por 3 a 1 no estádio Arapuçã. E foi só. E não se pode fazer críticas severas a essas equipes, elas não recebem ajuda das Federações e muito menos da Confederação Brasileira de Futebol. Dependem do apoio financeiro das prefeituras e do comércio de cada município, que via de regra, não participa.

Para sobreviver, clubes de estados periféricos não têm outra alternativa, a não ser investir nas categorias de base, formar seus próprios atletas e tentar negociá-los, antes que os empresários os levem de graça. Esse é o retrato de um futebol em uma região distante geograficamente dos grandes centros. Pobre financeiramente e de nível técnico sofrível.



Pagheti, craque que fez história jogando no Atlético e no Goiás. Praticando um futebol refinado, Pagheti defendeu a seleção goiana na inauguração do estádio Serra Dourada.

✓ Lucas Rodrigues, volante da base do Goiás, é candidato à revelação do campeonato goiano. O jovem volante é duro na marcação, tem uma saída de bola com qualidade e alimenta o ataque com categoria. Ainda marca gols.

✓ No Atlético, a boa surpresa no jogo contra o Inhumas, no

meio de semana, foi o meia GH, da equipe sub-20. O jogador foi o destaque do time, é habilidoso, tem visão de jogo e pisa na área frequentemente.

✓ O Clube do Remo, que ganhou a vaga na série A derrotando o Goiás em Belém, começou mal o campeonato brasileiro, sendo derrotado pelo Vitória-BA no Barradão por 2 a 0.

✓ O time paraense tem em seu elenco o polêmico atacante Alef Manga, ex-Goiás e Avaí. Nas resenhas do futebol, a aposta é que o Remo volte para a série B no final da temporada.



Lucas Lima, novo camisa 10 do Goiás

✓ O Goiás anunciou a contratação do meio campista Lucas Lima, de 35 anos. O jogador já defendeu o Palmeiras e o Santos e, atualmente, estava no Sport Recife. Será que ainda joga em alto nível?

✓ O mundo do futebol está mais pobre. Morreu esta semana Ary

ESCOLA

AVANÇO

Goiás se destaca no mapa nacional e alcança os melhores índices de alfabetização

Reconhecimento do MEC e dados das redes municipais mostram que políticas integradas estão elevando os índices de aprendizagem infantil, com destaque para os resultados obtidos em Goiânia e Anápolis

Dhayane Marques

Goiás começa a ocupar posição de destaque no cenário nacional da educação básica ao registrar avanços consistentes na aprendizagem das crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental. O estado conquistou o Selo Ouro do Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização, concedido pelo Ministério da Educação (MEC), após atingir 123 pontos e superar a meta estabelecida no Indicador Criança Alfabetizada de 2024. O reconhecimento consolida Goiás entre as redes públicas que mais avançaram na formulação e execução de políticas educacionais voltadas à infância.

Mais do que um prêmio institucional, o resultado reflete mudanças concretas dentro das salas de aula. A combinação entre acompanhamento pedagógico contínuo, formação de professores e avaliação sistemática da aprendizagem tem produzido efeitos mensuráveis, especialmente nos grandes municípios. Goiânia e Anápolis despontam como exemplos desse processo, com crescimento expressivo nos índices de fluência leitora e produção textual entre estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental.

O Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização, criado em setembro de 2024, avalia as ações desenvolvidas por estados e municípios para garantir que as crianças aprendam a ler e escrever até os sete anos de idade. Entre os critérios estão a existência de políticas estruturadas, a distribuição de

materiais didáticos complementares, programas de formação docente, sistemas de monitoramento da aprendizagem e estratégias de inclusão para populações historicamente vulnerabilizadas, como comunidades indígenas, quilombolas e do campo.

Em Goiás, essas ações são executadas por meio do Programa AlfaMais, que opera em regime de colaboração entre o Estado e os municípios. O programa atua em três eixos principais: fortalecimento pedagógico, capacitação dos profissionais da educação e monitoramento permanente dos resultados de aprendizagem. A lógica é simples e estratégica: identificar dificuldades ainda nos primeiros anos e intervir antes que as defasagens se tornem estruturais.

GOIÂNIA: AVANÇO NA LEITURA E NA ESCRITA

Na capital, os dados revelam uma evolução significativa. Em 2025, o percentual de estudantes do 2º ano considerados leitores fluentes saltou de 10% para 37%, com participação de 97% dos alunos avaliados nas provas de fluência leitora do Programa AlfaMais Goiás.

A categoria "leitor fluente" não se restringe à leitura mecânica. Ela envolve rapidez, precisão, entonação adequada e, principalmente, compreensão do texto. Os estudantes conseguem responder perguntas sobre o que leram e interpretar informações implícitas, indicando domínio efetivo da leitura.

Outro indicador relevante vem das avaliações de produção textual aplicadas pelo Ministério da Educação. Em 2025, 71% dos alunos da Rede Municipal de Educação de Goiânia alcançaram nível alto de desempenho, demonstrando domínio das habilidades de escrita ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

As avaliações passaram a ser utilizadas como instrumento pedagógico e não apenas como medição estatística. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, os dados orientam intervenções em sala de aula, permitem identificar fragilidades e fortalecem o planejamento das equipes escolares. O modelo rompe com a lógica histórica de detectar dificuldades apenas nos anos finais da escolarização, quando o prejuízo educacional já está consolidado.

Divulgação/SME



Goiás tem crescimento expressivo nos índices de fluência leitora e produção textual entre estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental

ANÁPOLIS: CRESCIMENTO ACELERADO DA FLUÊNCIA LEITORA

Em Anápolis, o desempenho também chama atenção. Em apenas um ano, o índice de estudantes com leitura fluente cresceu 40,9%. Em 2024, 22% dos alunos do 2º ano apresentavam esse nível; em 2025, o percentual subiu para 31%.

No grupo oposto, formado por estudantes com maior dificuldade de leitura, houve redução: o percentual caiu de 4% para 2%, indicando avanço tanto na base quanto no topo do desempenho escolar.

Entre esses dois extremos estão os leitores iniciantes, que também apresentaram evolução significativa, passando de 37% para 49% ao longo de 2025. Os dados mostram que mais crianças estão migrando dos níveis mais baixos para patamares mais avançados de aprendizagem.

Para a secretária municipal de Educação de Anápolis, Adriana Rocha Arantes, os resultados refletem o trabalho articulado das equipes pedagógicas. Segundo ela, os avanços impactam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes, reduzindo a evasão escolar e fortalecendo a continuidade do processo educacional.

O CONTRASTE COM O CENÁRIO BRASILEIRO

Os resultados de Goiás ganham ainda mais relevância quando comparados ao panorama nacional. Em 2024, o Brasil atingiu 59,2% de crianças alfabetizadas na idade certa, segundo dados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Embora represente avanço em relação a 2023, o índice ficou abaixo da meta de 60% estabelecida para o período.

O país ainda convive com cerca de 9,1 milhões de pessoas analfabetas, de acordo com o IBGE, a maioria com mais de 60 anos. Além disso, o analfabetismo funcional atinge aproximadamente 30% da população adulta, evidenciando que o desafio não se limita apenas à infância, mas se estende ao longo da vida escolar.

Na educação infantil, as desigualdades também persistem. Entre 2014 e 2024, o percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas subiu de 29,7% para 41,2%, o maior patamar já registrado. Ainda assim, quase 20% das crianças dessa faixa etária permanecem fora da escola, principalmente por falta de vagas e dificuldades de acesso.

As diferenças socioeconômicas são expressivas: enquanto 60% das crianças pertencentes aos 20% mais ricos frequentam a educação infantil, entre os 20% mais pobres esse percentual é de apenas 30,6%. O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025 também aponta disparidades raciais, indicando que apenas um em cada três estudantes negros tem a aprendizagem plenamente consolidada nos anos iniciais.

PERSPECTIVAS

Os avanços registrados em Goiás contrastam com o cenário nacional apontado pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025, do Todos Pela Educação. O levantamento mostra que apenas 37,2% dos estudantes do 5º ano da rede pública brasileira alcançam

níveis adequados de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, índice ainda inferior ao período pré-pandemia. Esse dado evidencia que, embora haja recuperação gradual, grande parte das crianças segue avançando na escolarização sem consolidar competências essenciais, o que amplia desigualdades ao longo da trajetória educacional.

Quando o recorte é feito nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o Anuário indica que o Brasil chegou a 59,2% de crianças alfabetizadas na idade certa em 2024, percentual abaixo da meta nacional de 60% estabelecida para o período. A projeção oficial é atingir 80% até 2030, o que exigirá aceleração significativa das políticas públicas. Nesse contexto, os resultados observados em municípios como Goiânia e Anápolis, com crescimento expressivo da fluência leitora em apenas um ano, colocam Goiás acima da média nacional e demonstram maior capacidade de resposta institucional frente aos desafios da alfabetização.

O estudo também chama atenção para a permanência das desigualdades educacionais, sobretudo entre grupos sociais. Apenas um em cada três estudantes negros apresenta aprendizagem consolidada nos anos iniciais, revelando que o avanço médio do país não se distribui de forma homogênea. Além disso, o acesso desigual à educação infantil — etapa decisiva para o sucesso na alfabetização — segue como obstáculo: entre as crianças de 0 a 3 anos, apenas 41,2% estão matriculadas, com forte diferença entre os 20% mais pobres (30,6%) e os 20% mais ricos (60%).

O desempenho de Goiás indica um movimento que vai na contramão da estagnação observada em parte do país. A articulação entre Estado e municípios, o uso sistemático de avaliações diagnósticas e o investimento em formação docente se alinham às recomendações centrais do Anuário, que defende políticas baseadas em evidências e foco na equidade. Se mantiver o ritmo e ampliar as ações para regiões mais vulneráveis, o estado poderá não apenas sustentar seus indicadores positivos, mas também se consolidar como referência nacional em políticas públicas voltadas à aprendizagem na infância.